



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS**

**Processo SEI nº 54889-13.2014
Contrato nº XX/2014**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE
AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA
OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMA DE
ESTÁGIO QUE CÉLEBRAM A UNIÃO FEDERAL,
POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DO TOCANTINS, E O XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

A União Federal, por meio do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 05.789.902/0001-72, com sede na Avenida Teotônio Segurado, Quadra 202 Norte, Conj. 02, lotes 1 e 2, Palmas/TO e o **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º XXXXXXXX, com Sede na XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominados CONTRANTE e CONTRATADO, representado, o primeiro pelo seu Diretor-Geral **JOSÉ MACHADO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 156.592 - SSP/DF, CPF nº 412.307.011-68 e pelo Secretário de Gestão de Pessoas, **CARLOS HENRIQUE DRUMOND S. MARTINS**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 703.833 SSP/PI e do CPF nº 289.633.343-68, e o segundo por **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro(a), casado(a), portador da carteira de identidade nº XXXXXXXX SSP/XX, CPF nº XXXXXXXXXXXXX, resolvem celebrar o presente CONTRATO, autorizado nos autos SEI n.º 54889-13.2014, parte integrante deste instrumento independente de transcrição, em conformidade com as Leis n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e 11.788, de 25 de setembro de 2008, e mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa que atua como agente de integração para operacionalização de programa de estágio de estudantes, obrigatório ou não, que visa propiciar complementação do ensino e da aprendizagem aos estudantes,

constituindo-se em instrumento de integração entre teoria e prática, bem como de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

1.2 O objeto do presente instrumento será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ESTÁGIO

2.1 A realização do estágio dar-se-á mediante Termo de Compromisso celebrado entre o estudante, o TRE-TO e a Instituição de Ensino, no qual deverão constar os seguintes requisitos mínimos:

- a) Identificação do estagiário, da Instituição de Ensino e do curso e seu nível;
- b) Projeto Pedagógico do curso com indicação de sua adequação ao estágio;
- c) Relação das atividades que serão desenvolvidas no decorrer do estágio;
- d) Menção de que o estágio não acarretará qualquer vínculo empregatício;
- e) Valor da bolsa mensal;
- f) Carga horária semanal, que corresponderá a, no máximo, 30 (trinta) horas, distribuídas nos horários de funcionamento do órgão e compatível com o horário escolar;
- g) Menção do direito à carga horária reduzida nos períodos de verificações de aprendizagem periódicas e finais;
- h) Duração do estágio;
- i) Obrigação de o estagiário cumprir as normas disciplinares do trabalho e preservar sigilo referente às informações a que tiver acesso;
- j) Dever do estagiário de apresentar, semestralmente, relatório ao supervisor do estágio;
- k) Assinaturas do estagiário, ou de seu assistente legal, se relativamente incapaz, do representante da Instituição de Ensino e do Secretário de Gestão de Pessoas do Tribunal;
- l) Condições de desligamento do estagiário;
- m) Menção do convênio/contrato a que se vincula.

2.2 Os estagiários deverão ser maiores de 16 (dezesseis) anos e estar frequentando efetivamente cursos de nível médio ou superior nas áreas solicitadas pelo Tribunal.

2.3 O estagiário de nível superior deverá estar cursando o período referente a, no mínimo, 50% do curso em que estejam comprovadamente matriculados, devendo faltar 1(um) ano ou mais para a conclusão do curso; em caso de estágio de nível

médio, o estagiário deve estar cursando, no mínimo, um terço do curso em que esteja comprovadamente matriculado, faltando 6 (seis) meses ou mais para a conclusão do curso.

2.4 Os estagiários não poderão pertencer a Diretório de Partido Político ou exercer atividade político-partidária.

2.5 A duração do estágio será de, no mínimo, 6 (seis) meses para nível médio e 1 (um) ano para nível superior, prorrogável até o limite máximo de 2 (dois) anos, a critério do TRE-TO e atendendo aos requisitos legais.

2.6 O estágio terá carga horária máxima de 5 (cinco) horas diárias, ficando reduzida à metade no período de avaliação escolar/acadêmica, comprovado por declaração emitida pela Instituição de Ensino e conforme estipulado no Termo de Compromisso.

2.7 Será concedido auxílio-transporte ao estagiário no valor correspondente a 2(dois) vales transporte da tarifa municipal por dia de efetivo estágio, para o deslocamento de sua residência até o local de estágio e vice-versa.

2.8 Será concedido auxílio-bolsa de estágio ao estudante contratado, sendo esta em valor definida por portaria do Diretor-Geral do TRE-TO.

2.9 É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, dividido em duas parcelas, sendo que uma das parcelas deverá ser usufruída obrigatoriamente entre 20 de dezembro e 06 de janeiro do ano seguinte, e a outra parcela será em período escolhido pelo estagiário em comum acordo com o supervisor.

2.10 Ocorrerá o desligamento do estagiário:

- a) Automaticamente, ao término do estágio;
- b) A qualquer tempo, no interesse da Administração;
- c) Se comprovada a insuficiência na avaliação de desempenho no órgão;
- d) A pedido do estagiário, que deverá ser formalizado;
- e) Em decorrência do descumprimento de qualquer compromisso assumido na oportunidade de assinatura do Termo de Compromisso;
- f) Pelo não comparecimento, sem motivo justificado, por três dias consecutivos, ou por cinco dias intercalados durante todo o período do estágio;
- g) Pela conclusão ou interrupção do curso na Instituição de Ensino a que pertença;
- h) Por conduta incompatível com a exigida pela Administração.

2.11 Fica assegurado às pessoas portadoras de necessidades especiais o percentual mínimo de 5 (cinco) por cento das vagas ofertadas por curso.

2.12 O acompanhamento e avaliação do estágio serão realizados pela Seção de Gestão de Desempenho do TRE-TO em conjunto com a Contratada.

2.13 Compete à Seção de Gestão de Desempenho do TRE-TO efetuar a supervisão geral do estágio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1 A contratada obriga-se à:

- a) Manter convênios específicos com as principais Instituições de Ensino do Tocantins: UFT, UNITINS, CEULP-ULBRA, Faculdades OBJETIVO / FAPAL, Faculdade Católica e Faculdade Católica Dom Orione, UNIP, UNOPAR, ITEPAC Araguaína, UNIRG Gurupi, entre outras, observando o que estabelece o art. 7º da Lei n.º 11.788/08, no que se refere às obrigações das referidas instituições, contendo as condições exigidas para a caracterização e definição do estágio de seus alunos;
- b) Obter do TRE-TO a identificação e características dos programas e das oportunidades de estágio a serem concedidas;
- c) Promover processo seletivo dentre os candidatos inscritos para as vagas ofertadas, composto por avaliação escrita (redação), que deverá avaliar a capacidade de construção textual, conexão das ideias, alinhamento com o tema proposto e correta ortografia;
- d) Promover o encaminhamento dos estudantes ao programa de estágio, observando rigorosamente a lista de classificação do processo seletivo proposto na alínea anterior, em conformidade com as atividades aprovadas pelas Instituições de Ensino, compatíveis com a etapa e a modalidade do curso de formação do estudante;
- e) Preparar e encaminhar ao TRE-TO toda a documentação legal referente ao estágio, incluindo Termo de Compromisso a ser firmado entre o TRE-TO, o estudante e a Instituição de Ensino, no prazo de 3 dias úteis, a contar da realização da seleção;
- f) Contratar seguro contra acidentes pessoais, em favor dos estagiários, ou assegurar que a Instituição de Ensino o faça;
- g) Promover reunião avaliativa semestral do programa estágio com os supervisores do TRE-TO, para processo avaliativo dos estagiários;
- h) Controlar a informação e disponibilizar para o TRE-TO e para a Instituição de Ensino a conclusão da formalização do Termo de Compromisso de estágio;
- i) Controlar e acompanhar a elaboração do relatório final de estágio, de responsabilidade do supervisor do TRE-TO;
- j) Notificar o TRE-TO sobre qualquer irregularidade na situação escolar dos estagiários, sempre que informada pela Instituição de Ensino;
- k) Cumprir o cronograma de contratação, previamente estabelecido pela contratante;
- l) Elaborar folha de pagamento e efetuar mensalmente o pagamento do auxílio-bolsa e do auxílio-transporte aos estagiários contratados, conforme relatório de atividades e frequência encaminhado pela Seção de Gestão de Desempenho;

- m) Apresentar comprovação do pagamento por meio de: espelhos dos comprovantes de depósito nas contas dos estagiários ou relatório detalhado dos pagamentos realizados aos mesmos;
- n) Controlar e acompanhar o período de estágio dos estudantes contratados, notificando o TRE-TO, com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, quando do término do contrato;
- o) Providenciar a renovação, desligamento ou substituição do estagiário mediante solicitação, respeitado os procedimentos estabelecidos na alínea “c”, no que couber;
- p) Emitir, ao término do estágio, o certificado e o termo de realização com indicação resumida das atividades desenvolvidas, do período, do quantitativo de horas e da avaliação de desempenho;
- q) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- r) Manter banco de dados cadastrais dos candidatos habilitados durante o período de validade do processo seletivo;
- s) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o contrato, nem subcontratar quaisquer das prestações;
- t) Em nenhuma hipótese poderá ser cobrada do estudante taxa referente às providências administrativas para a realização do estágio;
- u) Quando da contratação, a Contratada deverá possuir capacidade operacional, comprovada por meio de instalações físicas e de recursos humanos, nesta Capital, tais como:
 - u.1) Manter atendimento ao estudante e à contratante por, no mínimo, 7 horas diárias, obrigatoriamente entre o horário de 8h às 18h;
 - u.2) Manter contato de telefonia fixa e móvel local por, no mínimo, 7 horas diárias, obrigatoriamente entre o horário de 8h às 18h;
 - u.3) Orientar e prestar apoio aos estudantes durante a realização do estágio;
 - u.4) Receber os estudantes a serem contratados pelo TRE-TO para assinatura do Termo de Compromisso;
 - u.5) Orientar o estudante para efetivação de abertura de conta bancária, emitindo documento para esta finalidade.

3.2 A Contratante obriga-se à:

- a) Formalizar as oportunidades de estágio, em conjunto com a contratada, atendendo às condições definidas pelas Instituições de Ensino para a realização dos estágios;
- b) Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social e profissional;
- c) Indicar funcionário do seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no

curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 estagiários simultaneamente;

- d) Assinar o Termo de Compromisso do estágio, e os respectivos aditivos;
- e) Informar à contratada a rescisão antecipada de qualquer Termo de Compromisso de estágio, para as necessárias providências de interrupção dos procedimentos administrativos a cargo da contratada;
- f) Confirmar a formalização do processo de contratação do estagiário, não permitindo o início do estágio sem o recebimento do respectivo Termo de Compromisso, devidamente assinado pelas três partes;
- g) Manter em arquivo e à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
- h) Cumprir com todas as responsabilidades, como Contratante, indicadas no Termo de Compromisso do estágio, zelando pelo seu cumprimento.
- i) Promover, por intermédio do servidor designado na forma do art. 67 da Lei n.º 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada. A existência de fiscalização da contratante de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da contratada por qualquer serviço mal executado;
- j) Transferir à Contratada os recursos financeiros necessários ao pagamento do auxílio-bolsa e auxílio-transporte;
- k) Efetuar o pagamento à contratada na forma e no prazo estabelecidos neste contrato;
- l) Enviar o relatório de frequência e atividades dos estagiários até o 2º dia útil de cada mês.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DAS BOLSAS DE ESTÁGIO E DO AUXÍLIO-TRANSPORTE

4.1 O auxílio-bolsa estágio têm os seguintes valores:

- a) R\$ 00,00 (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx) a estudantes de nível superior e R\$ 00,00 (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx) para estudantes de nível médio ou profissionalizante.

4.2 Será deduzido, a cada mês, o valor correspondente aos dias de ausência injustificada.

4.3 O pagamento do auxílio-transporte será efetuado em pecúnia no mês subsequente ao da utilização do transporte coletivo, e proporcional aos dias úteis efetivamente trabalhados.

4.4 No cálculo do auxílio-transporte serão considerados os dias úteis do mês, descontando-se os dias de faltas justificadas e injustificadas ocorridas no mês anterior.

4.5 Os valores das bolsas de estágio e do auxílio-transporte serão fixados por portaria da Diretoria Geral do Contratante e revistos sempre que a oportunidade e a conveniência administrativas recomendarem.

CLÁUSULA QUINTA – DA TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS

5.1. Os recursos destinados ao pagamento do auxílio-bolsa e do auxílio-transporte aos estagiários serão transferidos pelo TRE/TO à Contratada, mensalmente, através de crédito em conta bancária, mediante apresentação de fatura mensal por parte da contratada, acompanhada da relação nominal dos estagiários e respectivos valores do auxílio-bolsa e do auxílio-transporte.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

6.1 O Contratante pagará ao Contratado, pelos serviços especificados na Cláusula Primeira, por estagiário, o valor de o valor de R\$ 00,00 (XXXXXXXX), sendo o montante mensal apurado com base no quantitativo corrente de estagiários.

6.1.1 Como a previsão dos postos de estágio é de 70 (setenta) vagas, o presente contrato tem o valor global estimado em R\$ 00,00 (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

6.1.2 O pagamento será realizado mensalmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a atestação, pelo setor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada, desde que os serviços estejam em conformidade com as exigências contratuais e que não haja fator impeditivo imputável ao Contratado.

6.2 Nenhum pagamento será efetuado ao Contratado, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

6.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura, a prova de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS).

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

7.1 O valor contratado poderá ser reajustado, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data da apresentação da proposta (no caso do primeiro reajuste), ou da data do último reajuste (para as subseqüentes), visando à adequação aos novos preços de mercado, dependendo de solicitação da contratada, usando-se como fator de correção o IPC/FIPE.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO

8.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta do Programa de Trabalho: 02.122.0570.20GP.0017 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral – no Estado do Tocantins, Elemento de Despesa: 333.90.39.**25** - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – **Taxa de Administração**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 O atraso injustificado no início da execução dos serviços contratados sujeitará a Contratada à multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, inclusive a prevista no inciso IV, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, que será aplicada na forma seguinte:

- a) atraso de até 5 (cinco) dias, multa diária de 0,4%, calculada sobre o valor do contrato;
- b) atraso superior a 5 (cinco) dias, multa diária de 0,8% sobre o valor do contrato, limitada a 10% (dez por cento), sem prejuízo da rescisão unilateral por parte da Administração.

10.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Contratada ficará sujeita às penalidades:

- a) advertência por escrito à Contratada sobre o descumprimento de obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, quando o fornecimento com prestação de serviços for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias e/ou quando os serviços forem prestados fora das especificações e da proposta apresentada;
- c) impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

10.3 O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pelo Tribunal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

10.4 A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste instrumento.

10.5 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a Contratada será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

11.1 O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de __/__/2015, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado através de Termo Aditivo, nos termos do Art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1. Constituem motivos para rescisão do presente contrato às hipóteses previstas no art. 77 e nos incisos I a XII e XVII do art. 78, da Lei 8.666/1993, e alterações posteriores.

12.2. Os casos de rescisão contratual pelos motivos previstos nesta cláusula serão formalmente motivados em processo.

12.3. A rescisão contratual, precedida da devida autorização do **CONTRATANTE**, na forma escrita e fundamentada, poderá ser:

- a) Formalizada através de ato unilateral do **CONTRATANTE**, na ocorrência dos motivos previstos nesta cláusula;
- b) Amigável, por acordo das partes, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**, mediante termo cabível;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

13.1 Incumbirá ao Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Diário Oficial da União, no prazo previsto pela Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Tocantins em Palmas, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam, para dirimir quaisquer questões fundadas neste Contrato.

E por estarem assim de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em meio eletrônico, no processo administrativo em epígrafe, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do **CONTRATANTE**.

Palmas, _____ de outubro de 2014.

JOSÉ MACHADO DOS SANTOS
Diretor-Geral / TRE-TO

CARLOS HENRIQUE DRUMOND S. MARTINS
Secretário de Gestão de Pessoas / TRE-TO

Representante do Contratado

Testemunha

Testemunha